

PREFEITURA DE
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ
PODER EXECUTIVO



CONTROLADORIA GERAL DO
MUNICÍPIO – CGM

Relatório Anual Controle Interno

São Miguel do Guamá

2023



Relatório do Exercício Financeiro de 2023

Prefeitura de São Miguel do Guamá

CNPJ: 05.193.073/0001-60

Ordenador: Eduardo Sampaio Gomes Leite

Controlador: Raimundo Sávio Barros Batista

Analista de Controle Interno: Jorge Antonio de Lima Gomes

Contador: Moacyr Cardoso Barros Neto

Assunto: Contas Anuais de Governo

Unidades Gestoras:

- ✓ Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá;
- ✓ Fundo Municipal de Saúde;
- ✓ Fundo Municipal de Assistência Social;
- ✓ Fundo Municipal de Meio Ambiente; e
- ✓ Fundo Municipal de Educação.

RELATÓRIO

1 - Apresentação

Atendendo ao que preceitua a Legislação vigente, Lei Orgânica Municipal Promulgada em 02/04/1990; os artigos 75 a 82 da Lei 4.320/1964; o Decreto-Lei nº 200/1967; os artigos 37, 42, 74 e 165 da Constituição Federal; Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Pará (LC nº 709, de 1993); e demais legislações pertinentes, apresentamos o Relatório Anual do Controle Interno, elaborado com observação as documentações setorializadas emitidas para a Controladoria Geral do Município.

Este Relatório tem como objetivo fundamental levar ao conhecimento das autoridades competentes, do órgãos de controle externo e da sociedade, informações adicionais e de forma simplificada das Ações Governamentais programadas para o exercício de 2023, a partir da execução do orçamento e da avaliação da gestão administrativa, nos seus aspectos Contábil, Financeiro, Orçamentário, Patrimonial e Operacional.

Assim, as ações do Controle Interno visam a proteção do patrimônio e indicadores de excelência na execução de políticas públicas, além de constituir ferramenta de apoio a gestão e instrumento auxiliar em todos os níveis, a fim de conduzir a gestão pública municipal para o atendimento dos interesses coletivos.



Este relatório consolida o resultado do controle interno realizado através das informações prestadas ao TCM por meio documental e eletrônico, via Sistema SPE – E-Contas.

2 - Perfil da Entidade Pública

Quanto a composição:

Poder Executivo

Administração Direta:

Ente	Ordenador	Período
Prefeitura	Eduardo Sampaio Gomes Leite	1º/1/2021 a 31/12/2023
Fundo Saúde	Flávio dos Santos Garajau	1º/1/2021 a 31/12/2023
Fundo Assistência Social	Ana Bárbara Freitas dos Reis	3/5/2022 a 31/12/2023
Fundo Meio Ambiente	Rayana Ataíde Quaresma de Oliveira	20/4/2023 a 31/12/2023
Fundo Educação	Cristiana Grimouth Taveira	1º/1/2021 a 31/12/2023

Poder Legislativo

Câmara Municipal

Ordenador	Ozéias Freitas Corrêa	Exercício 2023
-----------	-----------------------	----------------

3 - Abordagem do Relatório

O relatório consiste no controle da Execução Orçamentária, Patrimonial, Financeira e Operacional e outros necessários ao acompanhamento efetivo da Administração Pública Municipal em seus diversos níveis, o qual entre eles contemplarão a verificação de:

- ✓ Créditos Orçamentários e Adicionais;
- ✓ Situação Financeira;
- ✓ Receita e Despesa;
- ✓ Apuração dos índices em pessoal do Poder Executivo;
- ✓ Aplicação dos índices em Saúde, Educação e FUNDEB.
- ✓ Suprimento de Fundos;
- ✓ Entre outras informações.



O conteúdo constante do presente relatório consiste no atendimento a legislação vigente, com suporte documental analítico de posse do setor de Controle Interno, que terão como objetivos:

- a) Garantir a veracidade das informações e dos relatórios contábeis, financeiros e operacionais;
- b) Prevenir erros e irregularidades e, em caso de ocorrência destes, possibilitar sua correção tempestiva;
- c) Orientar quanto aos erros e desperdícios, promovendo ao mesmo tempo a uniformidade e a correção ao registrarem-se as operações;
- d) Salvaguardar os ativos e, de modo geral, obter-se um controle eficiente sobre todos os aspectos operacionais da entidade.

4 - Controle da Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial

4.1 Orçamento 2023

A estimativa da receita e a fixação da despesa para o exercício de 2023, foi estabelecida através da Lei Municipal nº 449, de 22 de dezembro de 2022 no valor de **R\$ 218.689.796,61** (duzentos e dezoito milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, setecentos e noventa e seis reais e sessenta e um centavos)

4.1.1 Detalhamento da Receita Estimada para o Exercício

Receitas	Valores (R\$)
Correntes	229.952.796,61
Capital	980.000,00
Deduções	(12.243.000,00)

4.2 Realização da Receita Orçamentária

Receita Orçamentária por origem no exercício de 2023 realizadas até o bimestre consolidado.

	Receita Orçamentária – Realizadas	
	R\$	%
Receita Tributária	10.927.200,88	153,72
Receita de Contribuição	2.688.967,40	480,17



Receita Patrimonial	930.541,95	105,74
Receita de Serviços	0,00	0
Transferências Correntes	219.681.268,32	105,04
Outras Receitas Correntes	1.484.231,90	7.421,16
Receita de Capital	0	0
Dedução – FUNDEB		(10.670.547,57)
Total da Receita	235.712.210,45	107,78

Fonte: Departamento de Contabilidade – RREO

4.3 Análise da Receita Anual em relação a prevista da LOA

Período	Prevista LOA	Realizada Exercício	Diferença
Exercício 2023	218.689.796,61	235.712.210,45	17.022.413,80

4.4 Realização da Despesa Orçamentária

Receita arrecadada líquida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesa paga	Saldo a liquidar	Saldo a pagar
235.712.210,45	252.015.154,71	247.950.572,54	219.296.867,63	4.064.582,20	28.653.704,90

À vista disso, a gestão busca implementar constantes ações legais para alavancar o aumento na arrecadação, assim como os meios de contenção de gastos.

4.4.1 Despesa por Função do exercício (Relatório LRF - Despesas)

Orçamentária	Valor (R\$)
Legislativa	3.849.632,15
Essencial a Justiça	396.347,04
Administração	12.461.661,41
Segurança Pública	2.359.990,37
Assistência Social	6.716.106,87
Saúde	48.359.270,28
Educação	132.821.898,41
Cultura	2.437.781,60
Urbanismo	32.436.169,45
Saneamento	0,00
Gestão Ambiental	1.520.254,15



Agricultura	1.627.401,21
Comércio e Serviços	357.345,74
Comunicação	156.372,86
Energia	2.335.587,90
Transporte	221.182,80
Desporto e Lazer	2.861.359,87
Encargos Especiais	1.096.792,60
TOTAL	252.015.154,71

4.4.2 Controle da Despesas

O planejamento governamental é de responsabilidade institucional da Prefeitura Municipal e tem como objetivo principal controlar os programas e projetos, em consonância com as normas estabelecidas através do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), com acompanhamento da execução orçamentária através da avaliação das audiências públicas.

4.5 Créditos Suplementar, Especial, Extraordinário, Redução UG

No exercício financeiro de 2023, foram abertos créditos especiais, através das seguintes Leis Municipais e respectivos valores:

- ✓ Lei 461/2023, de 9 de maio de 2023 – R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para criação das Secretarias de Governo e Habitação (redução unidade 0303 - SEFIN).
- ✓ Lei 465/2022, de 18 de maio de 2023 – R\$ 507.830,80 (quinhentos e sete mil, oitocentos e trinta reais e oitenta centavos), para custear as despesas previstas na Lei Paulo Gustavo (redução unidade 0303 – SEFIN e 1616 – Cultura).
- ✓ Lei 482/2023, de 29 de agosto de 2023 – R\$ 2.066.285,00 (dois milhões, sessenta e seis mil, duzentos e oitenta e cinco reais), para realização do Festival Cultural Guamaense (redução unidade 01 – SEMIU)



5 – Gestão da Saúde

Despesas com ações e serviços públicos de saúde	Valor apurado	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a aplicar no exercício	% Aplicado
Executados com recursos de impostos	12.428.104,44	15%	19,47%

6 – Gestão da Educação

Despesas com manutenção e desenvolvimento do Ensino	Valor apurado	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a aplicar no exercício	% Aplicado
Receitas de impostos	15.025.917,54	25%	22,30%
Fundeb na remuneração	98.533.366,98	70%	88,97%
Complementação União ao Fundeb (VAAT) na Ed. Infantil	20.649.216,57	50%	68,21%
Complementação União ao Fundeb (VAAT) em despesa de capital	6.407.189,27	15%	21,16%

7 – Despesa com Pessoal

O gasto com pessoal no exercício de 2023 foi de R\$ 144.467.456,80 (cento e quarenta e quatro milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos), representando 63,53% da Receita Corrente Líquida do período. Assim sendo, o acompanhamento da despesa ocorre através da atuação da Secretaria Municipal de Administração e Controladoria Geral, com a finalidade de controle, alerta e orientação repassadas ao gestor para adoção ao que preconiza o Art. 23, seus parágrafos e incisos da Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Ademais, as transferências de duodécimos no exercício de 2023, obedeceram aos limites estabelecidos em lei.

8 – Remuneração dos Agentes Políticos

Os subsídios do prefeito, vice e secretários foram fixados através da Lei Municipal nº 385/2020 de 23 de dezembro de 2020 que dispõe sobre a fixação da remuneração para exercício



de 2021/2024, com a publicação da Errata em 31 de março de 2023, tendo em vista erro material na publicação. Assim, segue a remuneração abaixo:

- ✓ Prefeito: R\$ 10.407,86 (dez mil, quatrocentos e sete reais e oitenta e seis centavos);
- ✓ Vice-Prefeito: R\$ 6.938,57 (seis mil, novecentos e trinta e oito reais e cinquenta sete centavos); e
- ✓ Secretários Municipais: R\$ 6.017,49 (seis mil, dezessete reais e quarenta e nove centavos).

9 - Outras Informações

9.1 Diárias

As diárias concedidas no exercício de 2023, foram regulamentadas pelo decreto nº 18/2022 de 10 de fevereiro de 2022 e as prestações de contas ficaram sujeitas a cada secretaria responsável e controle interno.

9.2 Processos Licitatórios

No exercício de 2022, a comissão permanente de licitação realizou diversos processos em todas as modalidades pela Lei 8.666/93, os quais foram analisados pelo controle interno e publicados no portal da transparência, assim como no Tribunal de Contas dos Municípios, conforme determinações legais. Sobre as modalidades realizadas:

- ✓ Pregão Eletrônico: 40;
- ✓ Tomada de Preços: 3;
- ✓ Concorrência: 5;
- ✓ Dispensa de Licitação: 37;
- ✓ Inexigibilidade: 31; e
- ✓ Adesão/Carona: 3.

9.3 Suprimento de Fundos

Foram concedidos 70 (setenta) adiantamentos para diversas secretarias e departamentos, justificados pela não cobertura contratual de suas necessidades ou autorizações concedidas pelos secretários e gestor municipal. Todos os suprimentos passam pela prestação de contas do Controle Interno, posteriormente submetidos a apreciação do Prefeito para aprovação ou não, retornando ao Controle Interno para a baixa de responsabilidade do suprido e encaminhados ao Departamento de Contabilidade para guarda e disposição aos órgãos de controle externo.



9.4 Patrimônio

A relação do patrimônio público (móveis e imóveis) do ano de 2023, constam no portal da transparência da Prefeitura de São Miguel do Guamá.

9.5 SIAFIC

A prefeitura estabeleceu o plano de adequação através do Decreto Municipal nº 90/2021, de 29 de abril de 2021, em atendimento ao Decreto Federal nº 10.540/2020 do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC. Ademais, o Município participou dos questionários – diagnósticos e avaliação da adequação do Decreto Federal pelo Tribunal de Contas dos Municípios.

10 – Conclusão

O desenvolvimento das atividades do Controle Interno ocorrem de forma contínua; quanto aos processos licitatórios a atuação se dá através de orientações, análises e pareceres; quanto ao acompanhamento da despesa pública, são realizados a análise de conformidade, assim como atividades de orientação e fiscalização.

No exercício de 2023, pela documentação apresentada e dados consolidados, foram realizadas as devidas recomendações para salvaguardar a gestão no sentido de seus atos refletirem na sociedade, prezando pelo cumprimento da transparência, legalidade e respeito a população.

Posto isso, os documentos encontram-se arquivados e a disposição para análise dos órgãos de controle externo.

É a análise e relatório que faz o Controle Interno.

São Miguel do Guamá, 28 de fevereiro de 2024.

JORGE ANTONIO DE LIMA GOMES
Analista de Controle Interno
Mat. nº 157824-3

RAIMUNDO SÁVIO BARROS BATISTA
Controlador Geral do Município
Decreto nº 020/2021



ANEXO:

BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO E CONFERÊNCIA DE CAIXA

Trata-se da análise com enfoque nas demonstrações econômico-financeiras, bem como conferência de caixa – consolidados. Assim, não foram encontradas inconformidades que possam constituir irregularidades por parte da Administração Municipal, estando o presente balanço revestido de todas as formalidades legais que a lei determina.

Balanço Financeiro Consolidado

Exercício 2023 (Período de 1º/1/2023 – 31/12/2023)			
Receita	R\$	Despesa	R\$
Orçamentária	235.712.210,45	Orçamentária	252.015.154,71
Contrapartida	-	Transferências Concedidas	380.876.144,90
Transferências Recebidas	380.874.508,50		
Extraorçamentária	71.599.991,09	Extraorçamentária	51.969.437,83
Saldos Anteriores	8.487.224,77	Saldos Atuais	11.813.197,37
Total	696.673.934,81	Total	696.673.934,81

Fonte: Dep. de Contabilidade – Balanço Financeiro.

Conferência de Caixa

Conferência de Caixa – 20223	
Caixa	R\$ 0,00
Bancos	R\$ 11.813.197,37
Exatores	R\$ 0,00
Total	R\$ 11.813.197,37

Fonte: Dep. de Contabilidade – Termo de Conferência de Caixa.